

pois envolve situação controversa que refoge ao procedimento sumário e excepcional previsto na legislação e que por esse motivo deve ser interpretada restritivamente, requerendo a devida prudência, sob pena de obstaculizar legítimas pretensões da Administração, e prejudicar, inclusive, o interesse público, conforme vasto repertório jurisprudencial firmado nesta Corte.

Assim sendo, indefiro o pedido e com fundamento no artigo 220, § 1º do Regimento Interno, determino o arquivamento do presente expediente, antes, porém, transitando para ciência do Ministério Público de Contas.

Publique-se.  
Proc.: 00011002.989.22-6.  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAMBARI (CNPJ 67.360.420/0001-50). Advogado: CAROLINE OLIVEIRA SOUZA MUCCI (OAB/SP 245.795) / ARIANE DE CARVALHO LEME (OAB/SP 377.155) / CAMILA DINIZ REZENDE (OAB/SP 377.990). CONTRATADO(A): TOBIAS & FIGUEIREDO CONSTRUCAO COMERCIO E SERVICOS EIRELI (CNPJ 68.382.498/0001-38). INTERESSADO(A): JOAO PAULO DANTAS PINTO (CPF 052.352.027-16). FLAVIO TOBIAS SANTOS (CPF 107.059.598-56). BIANCA COLOMBO (CPF 419.189.688-10). Assunto: Contrato nº 09/2022. Tomada de Preços nº 09/2021. Processo Administrativo nº 388/2021. Objeto: Serviços de reforma da praça Dom Joaquim José Vieira e construção de calçada em trechos da Estrada Municipal Leopoldina Maria das Dores, localizadas em Alambari, incluindo fornecimento de material, equipamentos e mão de obra. Exercício: 2022. INSTRUÇÃO POR: UR-09. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00011133.989.22-8.

Vistos.  
Considerando o apontado pela Unidade Regional de Sorocaba, UR-9 (evento 33), nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, notifico a Prefeitura de Alambari, a Contratada, Tobias & Figueiredo Construção, Comércio e Serviços Eireli, os responsáveis Sr. João Paulo Dantas Pinto, Sra. Bianca colombo Cardoso e Sr. Flavio Tobias Santos, para que no prazo de 15 (quinze) dias, tomem conhecimento da manifestação do referido órgão técnico e apresentem, se desejarem, as alegações que entenderem necessárias na defesa de seus direitos, comprovando-as no que couber.

Publique-se e Notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a íntegra das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Proc.: 00018480.989.21-9.  
Contratante: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER (CNPJ 43.052.497/0001-02). CONTRATADO(A): AT & SANTOS CONSULTORIA E SERVICOS EIRELI (CNPJ 10.394.719/0001-08). INTERESSADO(A): EDSON CARAM. PAULO CESAR TAGLIAVINI. Assunto: LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico 0086/2021/SQA/DA/DR-20. CONTRATO: nº 20.920-0 de 05/08/2021. Objeto: Prestação de serviços de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios para as dependências do Departamento de Estradas de Rodagem - DER (Sede e Moóca). Exercício: 2021. INSTRUÇÃO POR: DF-08. PROCESSO PRINCIPAL: 18410.989.21-4.

Vistos.  
Considerando as falhas apontadas pela fiscalização no evento-33 referente à execução contratual,guardo que os responsáveis tomem conhecimento e adotem as providências necessárias, para que na próxima visita as ressalvas verificadas estejam regularizadas ou tenham justificativas que possam vir a ser aceitas.

Publique-se.  
Proc.: 00014864.989.22-3.  
Contratante: COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRACAO - CGA - SECRETARIA DA SAUDE (CNPJ 46.374.500/0252-60). CONTRATADO(A): 2N ENGENHARIA LTDA (CNPJ 00.346.953/0001-06). INTERESSADO(A): ROSALIA BARDARO. NIVALDO RUI FRIOL. JEANCARLO GORINCHTEYN. NILSON FERRAZ PASCHOA. Assunto: 1º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº. 03/2021 ASSINADO EM 20/04/2022. LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 02/2020. OBJETO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO PREDIAL, PREDITIVA, PREVENTIVA CORRETIVA, EMERGENCIAL E DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DAS INSTALAÇÕES E ÁREAS FÍSICAS DAS UNIDADES QUE COMPÕEM O MÓDULO INTERIOR OESTE. FINALIDADE ACRÉSCIMO E UNIDADE VALOR E PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL. VIGÊNCIA PRORROGADO POR MAIS 12 MESES DE 26/04/2022 A 25/04/2023. VALOR R\$ 1.916.593,97. Exercício: 2022. INSTRUÇÃO POR: DF-08. PROCESSO PRINCIPAL: 13229.989.21-5.

Vistos.  
Considerando as falhas apontadas pela Fiscalização (evento-20), e tendo em vista o que dispõe o inciso XIII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, assino aos responsáveis e demais interessados para que no prazo de 30 (trinta) dias adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou aleguem o que for de seus interesses.

Publique-se e notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a íntegra das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Proc.: 00016077.989.22-6.  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ZACARIAS (CNPJ 65.708.760/0001-01). CONTRATADO(A): ROCHA & BARBOSA CONSTRUÇOES E PERFORACOES DE POCOS LTDA. (CNPJ 18.168.133/0001-37). INTERESSADO(A): HEDER JEAN BRUNO DE OLIVEIRA. MARCOS ROBERTO DA ROCHA. JOAO PAULO SILVA DOS SANTOS. ADILSON LOPES TEIXEIRA. PABLIOLA SAMANTA MARQUIOLI ANIZIO. GUILHERME GALDIOLI TEIXEIRA. Assunto: EDITAL Nº 040/2022, TOMADA DE PREÇO Nº004/2022. CONTRATO Nº051/2022 de 18/05/2022. OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE INFRAESTRUTURA URBANA, CONSISTINDO EM EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CALÇAMENTO E RAMPAS DE ACESSIBILIDADE E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DE RUAS E AVENIDAS LOCALIZADAS NO DISTRITO INDUSTRIAL II. VIGÊNCIA 18/05/2022 A 18/05/2024. VALOR 1.394.808,96. Exercício: 2022. INSTRUÇÃO POR: UR-01. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00016136.989.22-5.

Vistos.  
Considerando o apontado pela Unidade Regional de Araçatuba, UR-01, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, notifico a Prefeitura Municipal de Zacarias, os responsáveis, Sr. Heder Jean Bruno de Oliveira - Prefeito Municipal, Sr. Adilson Lopes Teixeira – Diretor de Gabinete, Sr. Guilherme Galdioli Teixeira – Diretor de Obras, Sr. João Paulo Silva dos Santos - Auxiliar de Licitação, Sra. Pabliola Samanta Marquioli Anizio - Técnica em Contabilidade e a Contratada, Rocha & Barbosa Construções e Perfurações de Poços Ltda., para que no prazo de 15 (quinze) dias, tomem conhecimento da manifestação do referido órgão técnico e apresentem, se desejarem, as alegações que entenderem necessárias na defesa de seus direitos, comprovando-as no que couber.

Publique-se e Notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a íntegra das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Proc.: 00006186.989.20-8.  
Órgão: CAMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA (CNPJ 60.243.409/0001-60). Advogado: FRANCISCO DE ASSIS SOARES DOS SANTOS (OAB/SP 107.113). INTERESSADO(A): FREDERICK REQUI MENDONCA. Advogado: MARCO AURELIO DAMIAO (OAB/SP 96.453). Assunto: Contas de Câmara - Exercício de 2021. Exercício: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-17.  
Vistos.  
Defiro a prorrogação do prazo, nos termos requeridos no Evento 44.  
Publique-se.  
Proc.: 00016136.989.22-5.  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ZACARIAS (CNPJ 65.708.760/0001-01). CONTRATADO(A): ROCHA & BARBOSA CONSTRUÇOES E PERFORACOES DE POCOS LTDA. (CNPJ 18.168.133/0001-37). INTERESSADO(A): HEDER JEAN BRUNO DE OLIVEIRA. MARCOS ROBERTO DA ROCHA. JOAO PAULO SILVA DOS SANTOS. ADILSON LOPES TEIXEIRA. PABLIOLA SAMANTA MARQUIOLI ANIZIO. GUILHERME GALDIOLI TEIXEIRA. Assunto: EDITAL Nº 040/2022, TOMADA DE PREÇO Nº 004/2022. CONTRATO 051/2022 ASSINADO EM 18/05/2022. OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE INFRAESTRUTURA URBANA, CONSISTINDO EM EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CALÇAMENTO E RAMPAS DE ACESSIBILIDADE E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DE RUAS E AVENIDAS LOCALIZADAS NO DISTRITO INDUSTRIAL II. VIGÊNCIA 18/05/2022 ATÉ 18/05/2024. VALOR R\$ 1.394.808,96. Exercício: 2022. INSTRUÇÃO POR: UR-01. PROCESSO PRINCIPAL: 16077.989.22-6.

Vistos.  
Considerando o apontado pela fiscalização (evento 17), referente à execução contratual,guardo que a Prefeitura de Zacarias e os responsáveis tomem conhecimento da referida manifestação e adotem as providências necessárias, para que na próxima visita as ressalvas verificadas estejam regularizadas ou tenham justificativas que possam vir a ser aceitas.  
Publique-se.  
Proc.: 00003797.989.22-5.  
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS PAULISTA (CNPJ 46.787.644/0001-72). INTERESSADO(A): FLAVIO FERMINO EUFLAUZINO. Assunto: Contas de Prefeitura – Exercício de 2022. Exercício: 2022. INSTRUÇÃO POR: UR-04.

Vistos.  
Constam nos autos que o Município possui pendências na sua gestão administrativa que serão consideradas quando da emissão do parecer prévio a ser emitido em relação às contas de 2022, conforme indicado pela Fiscalização no evento 15, referente ao Relatório de Fiscalização do 1º Semestre de 2022.

ALERTO, portanto, nestes termos, o Senhor Prefeito dos fatos para ciência.

Publique-se e notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a que compõe os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no sistema referido Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP) no endereço www.tce.sp.gov.br.

Proc.: 00004126.989.22-7.  
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO COELHO (CNPJ 67.996.363/0001-08). INTERESSADO(A): ZEEDI-VALDO ALVES DE MIRANDA. Assunto: Contas de Prefeitura - Exercício de 2022. Exercício: 2022. INSTRUÇÃO POR: UR-19. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00013946.989.22-5.

Vistos.  
Constam nos autos que o Município possui pendências na sua gestão administrativa que serão consideradas quando da emissão do parecer prévio a ser emitido em relação às contas de 2022, conforme indicado pela Fiscalização no evento 17, referente ao Relatório de Fiscalização do 1º Semestre de 2022.

ALERTO, portanto, nestes termos, o Senhor Prefeito dos fatos para ciência.

Publique-se e notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a que compõe os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no sistema referido Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP) no endereço www.tce.sp.gov.br.

Proc.: 00004153.989.22-3.  
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ANTONIO (CNPJ 45.368.016/0001-90). Advogado: MARIO APARECIDO EUZEBIO JUNIOR (OAB/SP 184.897). INTERESSADO(A): RODRIGO MELLO MARQUES. Assunto: Contas de Prefeitura - Exercício de 2022. Exercício: 2022. INSTRUÇÃO POR: UR-06. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00010819.989.22-9.

Vistos.  
Constam nos autos que o Município possui pendências na sua gestão administrativa que serão consideradas quando da emissão do parecer prévio a ser emitido em relação às contas de 2022, conforme indicado pela Fiscalização no evento 15, referente ao Relatório de Fiscalização do 1º Semestre de 2022.

ALERTO, portanto, nestes termos, o Senhor Prefeito dos fatos para ciência.

Publique-se e notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a que compõe os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no sistema referido Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP) no endereço www.tce.sp.gov.br.

Proc.: 00004387.989.22-1.  
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO (CNPJ 46.634.507/0001-06). INTERESSADO(A): LAERTE SONSIN JUNIOR. Assunto: Contas de Prefeitura - Exercício de 2022. Exercício: 2022. INSTRUÇÃO POR: UR-09. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00007195.989.22-3.

Vistos.  
Constam nos autos que o Município possui pendências na sua gestão administrativa que serão consideradas quando da emissão do parecer prévio a ser emitido em relação às contas de 2022, conforme indicado pela Fiscalização no evento 18, referente ao Relatório de Fiscalização do 1º Semestre de 2022.

ALERTO, portanto, nestes termos, o Senhor Prefeito dos fatos para ciência.

Publique-se e notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a que compõe os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no sistema referido Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP) no endereço www.tce.sp.gov.br.

Proc.: 00012378.989.22-2.  
Contratante: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER (CNPJ 43.052.497/0001-02). CONTRATADO(A): CENTRO-VIAS SISTEMAS RODOVIARIOS S/A (CNPJ 02.555.926/0001-79). INTERESSADO(A): SERGIO AUGUSTO DE ARRUDA CAMARGO (CPF 372.264.288-49). Assunto: Contrato de Concessão Rodoviária nº 008/CR/98, Edital de Licitação nº 16/CIC/97, objetiva a concessão onerosa da malha rodoviária estadual de ligação entre São Carlos, Itirapina, Brotas, Jaú e Bauru. Vigência: 20 anos. DOE 21/08/98. (CÓPIA DO PROCESSO FÍSICO TC-30334/026/98 - GC.ARC). Exercício: 1998. INSTRUÇÃO POR: DF-08. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00012470.989.22-9. PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00030334/026/98.

Vistos.  
Certifique o Cartório quanto à existência de advogado constituído, procedendo-se a necessária habilitação, se o caso.  
Após, ficam os Interessados NOTIFICADOS para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tomem conhecimento do contido nos autos, alegando o que for de direito.  
Publique-se.

Proc.: 00007313.989.20-4.  
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO (CNPJ 45.774.064/0001-88). Advogado: JOSE CESAR PEDRO (OAB/SP 90.238) / ELIANE REGINA ZANELLATO (OAB/SP 214.297). INTERESSADO(A): GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO. Advogado: FLAVIA MARIA PALAVERI (OAB/SP 137.889). Assunto: Contas de Prefeitura - Exercício de 2021. Exercício: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-10. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 01864.989.21-5, 07182.989.21-0. Vistos.

Trata-se da prestação de contas da administração financeira e orçamentária da Prefeitura do Município de Rio Claro, relativas ao exercício de 2021. Diante do apurado pela UR-10 e nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, assino ao responsável pela presente prestação de contas, o prazo de 15 (quinze) para que conheçam dos autos, conforme o Relatório de Fiscalização constante no evento 72, apresentando o que for de seus interesses.

Publique-se e Notifique-se por via do Sistema Eletrônico, de conformidade com a Resolução nº 01/2011, a íntegra das manifestações que compõem o presente processo poderá ser obtida, mediante regular cadastramento e habilitação, no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP), no site www.tce.sp.gov.br.

Proc.: TC-56/001/12.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Gabriel Monteiro. Contratada(s): Auto Posto Donato Filhas Ltda. Objeto: Fornecimento de combustíveis (óleo diesel, gasolina comum e álcool hidratado) para abastecimento da frota municipal. Responsável(is): Renée Crema Vidoto (Prefeita). Matéria Julgada: Licitação – Tomada de Preços. Contrato celebrado em 01-07-11. Valor – R\$ 246.725,50. Termos Aditivos celebrados em 01-07-11. Valor – R\$ 246.725,50. Termos Aditivos celebrados em 14-07-11, 01-09-11 e 14-12-11.

Advogado(s): Wagner César Galdioli Polizeli (OAB/SP 184.881) e outros. Fiscalizada por: UR-1 – DSF-I. Fiscalização atual: UR-1 – DSF-II.

Proc.: TC-1053/001/11.  
Representante(s): Auto Posto Geraldo Gatti. Representado(s): Prefeitura Municipal de Gabriel Monteiro. Responsável(is): Renée Crema Vidoto (Prefeita). Assunto: Representação acerca de possíveis irregularidades na Tomada de Preços promovida pelo Executivo Municipal de Gabriel Monteiro, objetivando o fornecimento de combustíveis (óleo diesel, gasolina comum e álcool hidratado) para abastecimento da frota municipal. Advogado(s): Wagner César Galdioli Polizeli (OAB/SP 184.881) e outros. Fiscalizada por: UR-1 – DSF-I. Fiscalização atual: UR-1 – DSF-II.

Vistos.  
Os autos trataram de termos aditivos ao ajuste celebrado entre Prefeitura Municipal de Gabriel Monteiro e a Auto Posto Donato Filhas Ltda., objetivando fornecimento de combustíveis (óleo diesel, gasolina comum e álcool hidratado) para abastecimento da frota municipal, assunto do TC-56/001/12.

Em conjunto, ao abrigo do TC-1053/001/11, Representação formulada por Auto Posto Geraldo Gatti com o objetivo de denunciar supostas irregularidades na execução do contrato.

A matéria recebeu julgamento pela procedência da Representação e pela irregularidade da Tomada de Preços, do Contrato e dos Termos Aditivos, em Decisão da E. Primeira Câmara de 21-05-19 (TC-56/001/12, fls.81/92, DOE de 11-07-19), com acionamento dos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, vez que as alegações de defesa apresentadas não afastaram as falhas apontadas por Fiscalização, UR-01, TC-1053/001/11, fls. 342/352. Decisão mantida pelo E. Tribunal Pleno de 01-12-21 (TC-56/001/12, fls.110/119, DOE de 17-03-22). Decisão com trânsito em julgado em 25-03-22 (TC-56/001/12, fls.120).

Referida Decisão (Acórdão publicado no DOE de 11-07-19, às fls.81/92 do TC-56/001/12), também determinou a remessa de cópia de peças dos autos à Prefeitura Municipal de Gabriel Monteiro (em 13-04-22, às fls. 122 do TC-56/001/12), nos termos e para os efeitos do artigo 2º, inciso XXVII, da Lei Complementar 709/93, para que o Senhor Prefeito Municipal, observado o prazo de 60 (sessenta) dias, informasse a este Tribunal sobre as providências adotadas, em relação às irregularidades apontadas, especialmente quanto à apuração de responsabilidades.

Considerando que para a completa instrução dos autos se faz necessária a juntada por parte do Executivo Municipal de Gabriel Monteiro dos documentos apontando o desfecho do devido procedimento administrativo/sindicância para apuração de responsabilidades, a fim de que no futuro não se alegue cerceamento de defesa, assino ao Sr. Vanderlei Antoninho Mendonça, atual Prefeito da Prefeitura Municipal de Gabriel Monteiro, o prazo de 15 (quinze) dias para o integral cumprimento da Decisão da E. Primeira Câmara de 21-05-19 (DOE de 11-07-19, às fls.81/92 do TC-56/001/12).

Outrossim, alerto ao responsável, que o não atendimento às providências devidas, bem como a falta de informação a este Tribunal, no prazo acima fixado, sem causa justificada, poderá ensejar aplicação de multa prevista no artigo 104, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, e remessa dos autos ao Ministério Público Estadual, nos termos legais.

Autorizo vista e extração de cópias.

Publique-se.

## DESPACHOS DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

DESPACHO PROFERIDO PELO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES  
Processo:TC-018511.989.22-0  
Representante: GIDEP – Gestão Inteligente de Devedores Públicos Ltda.

Advogados: Luiz Henrique Ornellas de Rosa (OAB/SP nº 277.087) e Ueslei Almeida dos Santos (OAB/SP nº 395.817)  
Representada: Prefeitura de Cotia  
Responsáveis: Rogério Cardoso Franco, Prefeito; Marina de Mello Gama, Secretária Interina de Assuntos Jurídicos e da Justiça

Advogados: Adriano Morimitsu Uehara (OAB/SP nº 300.930), Edcarlos Alves Lima (OAB/SP nº 305.297), Eduardo João Gabriel Fleck da Silva Abreu (OAB/SP nº 317.093) e Leonardo Aquino Gomes (OAB/SP nº 395.261)

Objeto: Impugnação ao edital de Pregão Presencial nº 49/2022, com vistas à “contratação de empresa especializada em solução tecnológica em gestão informatizada das atividades da Advocacia Geral do Município”.

Regime de Licitação: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Sessão Pública: 05 de setembro de 2022.

Data da Impugnação: 31 de agosto de 2022.

Trata-se de representação formulada por GIDEP – Gestão Inteligente de Devedores Públicos Ltda. em face do edital de Pregão Presencial nº 49/2022, da Prefeitura de Cotia, visando à “contratação de empresa especializada em solução tecnológica em gestão informatizada das atividades da Advocacia Geral do Município”, com abertura agendaada para 05 de setembro de 2022.

Feito distribuído preventivamente, à conta da conexão com a matéria do processo TC-017638.989.22-8, que alberga queixas endereçadas à primeira versão do instrumento convocatório, cujo pleito suspensivo foi, então, denegado, eis que, à época, a Origem informou a suspensão do certame para revisão das cláusulas editalícias.

Replicado o aviso de licitação, a representante novamente lança críticas à vedação do ingresso de empresas reunidas em consórcio, sob a compreensão de que o indeferimento do pedido anterior afasta incidência do instituto da preclusão.

Também reitera objeções de outrora quanto à ausência de dispositivos que:

a. Reproduzam a redação do artigo 117, parágrafo único, da Constituição do Estado no tocante ao dever de subsunção às regras de saúde e segurança no trabalho, do que infere possível responsabilização subsidiária da Prefeitura por eventual inadimplemento das obrigações trabalhistas, a teor da Súmula nº 331, inciso IV e V, do Tribunal Superior do Trabalho (TST);

b. Exijam da futura contratada estrita observância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018) ou evidenciem medidas protetivas incorporadas ao sistema atualmente em uso;

c. Estabeleçam condições objetivas para realização dos treinamentos, sobretudo em relação à carga horária, quantidade de usuários, composição das turmas, periodicidade ou forma de custeio da repetição das aulas;

d. Prevejam a realização de prova de conceito para avaliação por amostragem das funcionalidades necessárias ao satisfatório desempenho da solução informatizada;

e. Especifiquem se o julgamento das propostas se dará pelo critério do menor preço global ou unitário;

f. Discriminem os padrões tecnológicos vigentes no Município;

g. Pormenorizem informações técnicas relacionadas à utilização do software para expedição de relatórios gerenciais, captura e armazenamento de imagens.

Além disso, aponta contradições entre os quantitativos consignados no modelo de planilha financeira e o número de licenças apresentado no termo de referência, cuja perspectiva de acréscimo quando da efetiva implantação e disponibilização do sistema daria margem a subjetividades, em detrimento da segurança jurídica.

Dai postular a expedição de medida liminar suspensiva do tomeio, para subsequente ordem de retificação e republicação do edital.

Este o relatório.

Mais uma vez a autora solicita pronta intervenção desta Corte no Pregão Presencial nº 49/2022, da Prefeitura de Cotia, insistindo em questionamentos idênticos aos da impugnação ao abrigo do TC-017638.989.22-8.

Em que pese o aperfeiçoamento do texto convocatório, confronto entre as duas versões do edital revela que os quesitos em apreciação permaneceram inalterados, sem quaisquer inovações capazes de entusiasmar abordagem diversa de reclamos que, em oportunidade pregressa, não suplantaram presunção de legitimidade e legalidade da atuação administrativa, a termos da decisão monocrática de 19 de agosto de 2022:

“(…) Breve leitura da minuta de contrato (Anexo IX) descortina pretensão de que os serviços se desenvolvam pelo regime de preço unitário (Cláusula 3.3), sem, assim, se confundir com o julgamento das propostas, cujo critério do menor preço, de acordo com a Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos e da Justiça (evento 10.4), será do tipo global, por se tratar de “solução completa e única”.

Descabido postular que a regra destinada à Administração estadual se sobreponha aos consectários do federalismo, cedido que os municípios detêm autonomia para disciplinar especificidades locais.

Se, de um lado, os preceitos do artigo 117 da Constituição Paulista não alcançam entes federativos diversos, natural, em contrapartida, a incidência tácita dos dispositivos regulamentadores da segurança e medicina do trabalho, independentemente de reprodução em edital.

No entanto, equívoca-se a representante ao deduzir que o instrumento de convocação deixou de prestigiá-los, eis que o termo de referência impõe à futura contratada o cumprimento da “legislação trabalhista e previdenciárias com relação a seus funcionários, e quando for o caso, relação a funcionários de terceiros contratados” (item 6.10), à qual caberá assumir “todas as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias referentes ao pessoal alocado para o cumprimento do presente objeto”, isentando o órgão contratante de “vínculo ou obrigação trabalhista, direta ou indireta, de qualquer natureza” (item 6.11).

Tampouco há suscitar menosprezo aos ditames da Lei Geral de Proteção de Dados, devidamente contemplados nos quesitos 6.7 e seguintes, que discriminam encargos concernentes ao sigilo de “todos os dados e informações” aos quais a prestadora dos serviços tiver acesso.

Impedimento à participação de consórcios constitui prerrogativa discricionária da Administração com fundamento no artigo 33 da Lei Federal nº 8.666/93 que, por certo, encontra motivação circunstanciada nos autos do processo licitatório.

Embora notável a preocupação com a qualidade da solução técnica oferecida, o interesse na realização de prova de conceito desborda da competência material deste Corte, pois, como bem reconhece a autora, o tema igualmente se afeiçoa à órbita da discricionariedade administrativa.

Nota-se que o edital prevê a capacitação de 22 (vinte e dois) servidores organizados em duas turmas (Execução Fiscal e Contencioso Judicial), os quais, conforme anunciado pela Prefeitura, se incumbirão de transmitir os ensinamentos aos demais usuários.

No panorama que alegadamente dispensará a recorrência dos treinamentos, a experiência dos potenciais concorrentes no ramo de negócios decerto norteará a mensuração do impacto financeiro da carga horária, em consonância com os predicados da livre iniciativa, insuscetíveis à ingerência do poder público.

Cotejo entre as objeções da representante e justificativas preliminares do Município sinaliza que, ao menos à primeira vista, a possibilidade de oscilação do número de acessos simultâneos à plataforma eletrônica não acarretará despesas adicionais a nenhuma das partes, vez que estimadas as quantidades máximas.

Demonstrado que os padrões tecnológicos buscam superveniente compartilhamento de dados e racionalização de tarefas, enquanto a captura de imagens se limita à viabilidade de conversão de cópias digitalizadas aos formatos aceitos no petiçãoamento eletrônico e, ainda, a emissão de relatórios diz respeito à seleção de determinados campos dos formulários disponíveis no sistema, tudo leva a crer que a peça de convocação abrange componentes necessários à elaboração das propostas”.

Longe de oferecer indícios verossímeis de flagrante ilegalidade, embaraço à universalidade da disputa ou usurpação da isonomia entre os possíveis competidores, as insurgências da representante denotam mero descontentamento com escolhas discricionárias da Administração, para o qual não se presta a via de cognição sumária.

Circunstâncias concretas de acesso e participação na contenda melhor serão apuradas após a realização da sessão pública, cedido que os atos porventura praticados pela Origem não escaparão ao controle de legalidade em rito ordinário, nos termos das Instruções vigentes.

Indefiro, pois, o pedido de suspensão do Pregão Presencial nº 49/2022, da Prefeitura de Cotia.

Publique-se.

## DESPACHOS DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

PROCESSO: TC-018509.989.22-4 REPRESENTANTE: JONAS DE OLIVEIRA MELO SILVEIRA (CPF 259.142.048-36 e OAB/SP 144.416) REPRESENTADO: DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE - AMERICANA (CNPJ 46.755.690/0001-90) ASSUNTO: Despacho de apreciação em pedido de impugnação de termos do Edital do Pregão Presencial nº 33/22, certame promovido pelo Departamento de Água e Esgoto de Americana com propósito de tomar serviços de recomposição asfáltica (tapa buraco), incluindo serviços de reaterro compactado e repavimentação